

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0022552856/2024 - HMSJ.CAOP.ACP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Trata-se de processo para contratação de empresa especializada para fazer leitura, recorte e envio de publicações constantes nos diários oficiais da justiça, para o Hospital Municipal São José.

A contratação atual, relativa ao serviço de recortes de publicações em diários oficiais, foi realizada por meio do processo SEI 23.0.000847-0, com prazo de vigência de doze meses. Desta feita, faz-se necessária nova contratação para o exercício de 2024, considerando o advento do termo contratual.

O objeto que se pretende contratar (serviço de busca e envio, por e-mail, de "recortes" das publicações nos diários e-oficiais de justiça, em nome do Hospital Municipal São José, bem como de seus advogados) é ferramenta indispensável para a consecução das atividades rotineiramente desenvolvidas no âmbito da Área Jurídica, por propiciar o acompanhamento diário e automático de todos os atos processuais publicados nos meios oficiais, tais como despachos, decisões interlocutórias, sentenças, acórdãos, atas de distribuição etc.

Outrossim, demonstrar-se-ia impraticável o acompanhamento "manual", pelo setor, das publicações de todos os diários da justiça, em decorrência do incomensurável volume de movimentações diárias levadas a cabo nos órgãos do Judiciário.

Assim sendo, tem-se por imprescindível a contratação do serviço em comento.

Desta forma, o serviço de recorte buscará, diariamente, as publicações em nome do Hospital Municipal São José e dos advogados do Hospital, relativamente aos seguintes nomes:

- **Hospital Municipal São José**
- **Anaceli Brancher**
- **Luciana Altmann Tenório**
- **Renato Cava Galvão**
- **Rodrigo Prado Fernandes**

O serviço, por sua vez, abrange os seguintes órgãos do Judiciário: Justiça Estadual de SC (1º e 2º graus), Justiça Federal de Santa Catarina, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (1º e 2º graus), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Supremo Tribunal Federal (STF).

A relação dos tribunais a serem pesquisados justifica-se por se tratarem de todos os órgãos jurisdicionais nos quais tramitam processos em que o Hospital Municipal São José seja litigante. Ademais, os termos de pesquisa (nome do hospital e dos advogados) são motivados pelo fato de que as publicações sempre se darão em nome de um e/ou outro.

Assim, a empresa contratada deverá enviar, diariamente, todos os recortes de publicações judiciais em nome do Hospital Municipal São José e de seus advogados, para o endereço de e-

mail hmsj.uad.aaj@joinville.sc.gov.br, bem como comunicar este nosocômio sobre eventuais problemas no envio dos recortes de publicações.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O Plano de Contratações Anual foi dispensado por meio do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024, conforme disposto no Art. 9º a Instrução Normativa supracitada:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023.

No mais, há de se expor que esta Administração Municipal está migrando os processos licitatórios da Lei nº 8.666/93, que não exigia a publicação do plano de contratações anual, para a Lei nº 14.133/2021, que indica que os órgãos poderão elaborar tal plano. Considerando que a publicação da Instrução Normativa nº 04/2022, que regulamentou os processos de contratações públicas e demais procedimentos no âmbito do município nos termos da Lei nº 14.133/2021 ocorreu em dezembro de 2022, justifica-se a publicação de tal plano de contratações anual apenas a partir do exercício de 2024, visto que não havia regulamentação municipal exigindo a publicação de tal plano para o exercício 2023.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1 - Equipe Mínima:

3.1.1 - A contratada deverá ter equipe suficiente para atender o objeto desta contratação.

3.2 - Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

3.2.1 - O serviço será prestado diariamente;

3.2.2 - O serviço deverá ser iniciado em até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação da

CONTRATANTE;

3.2.3 - Frequência: O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3 - Cronograma de execução dos serviços:

3.3.1 - A execução dos serviços será diária.

3.3.2 - Os serviços deverão ser executados a partir de setembro de 2024.

3.4 - Local de execução dos serviços:

3.4.1 - O serviço será executado de forma online, a empresa contratada deverá enviar, diariamente, todos os recortes de publicações judiciais em nome do Hospital Municipal São José e de seus advogados, para o endereço de e-mail **hmsj.uad.aaj@joinville.sc.gov.br**, bem como comunicar este nosocômio sobre eventuais problemas no envio dos recortes de publicações por meio do referido e-mail ou telefone (47) 3441-6588.

3.4.2 - No caso de indisponibilidade do e-mail corporativo informado no subitem 3.4.1, os serviços deverão ser encaminhados para o endereço de e-mail **juridico.hmsj@gmail.com**

3.5 - Gestor do Contrato:

A gestão do contrato será realizada pela Área Jurídica do Hospital Municipal São José, sendo também a responsável pela fiscalização do contrato, por meio da CAF - Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

3.6 - Obrigações da Contratada específicas do objeto:

3.6.1 - Enviar, diariamente, todos os recortes de publicações em nome do Hospital Municipal São José e de seus advogados, para o endereço de e-mail **hmsj.uad.aaj@joinville.sc.gov.br**.

3.6.2 - Manter o sigilo e a segurança das informações na prestação dos serviços;

3.6.3 - Manter quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços;

3.6.4 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE atendendo prontamente a todas as reclamações;

3.6.5 - Promover a execução do serviço dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

3.6.6 - A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para CONTRATANTE, no prazo de no máximo 05 (cinco) dias úteis, após notificada, o(s) produto(s) que porventura venham a apresentar algum defeito ou vício ou que não estejam de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência ou proceder as correções (refazer) os serviços que apresentarem qualquer irregularidade ou que estejam em desacordo com o presente Termo de Referência, executando-o de acordo com a fiscalização da CONTRATANTE;

3.6.7 - Caso a CONTRATANTE constate qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE;

3.6.8 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato e comunicar diariamente sobre eventuais problemas no envio dos recortes de publicações;

3.6.9 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros;

3.6.10 - A Contratada responsabilizar-se-á pelo pagamento de todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros incidentes sobre os produtos;

3.6.11 - Deverá manter, durante toda a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

3.6.12 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço;

3.6.13 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE referente à prestação do serviço;

3.6.14 - A CONTRATADA deverá manter todas as condições contratuais durante o período de execução;

3.7 - Obrigações da Contratante específicas do objeto:

3.7.1 - Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências das unidades, quando da realização dos serviços, quando necessário;

3.7.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessários ao fornecimento;

3.7.3 - Comunicar formalmente a CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento e/ou realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

3.7.4 - Solicitar a correção dos serviço(s) que apresentarem defeito(s) ou vício(s) durante a verificação de conformidade e/ou no decorrer de sua utilização;

3.7.5 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento deste Termo de Referência;

3.7.6 - Rejeitar em todo ou em parte, o(s) serviço(s) que estiver(em) em desacordo com este Termo de Referência ou que fora constatado qualquer irregularidade.

3.7.7 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

3.7.8 - Manter o seu endereço eletrônico, junto à CONTRATADA atualizado, e com capacidade para receber as informações.

3.8 - Condições Gerais:

3.8.1 - Modelo de gestão e execução da contratação:

3.8.1.1 - A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão

3.8.1.2 - Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

3.8.1.3 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 10 (dez) dias corridos, contados da publicação do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços

3.8.1.4 - Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto n.º 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa n.º 04/2022 (0015231284) da Secretaria de Administração e Planejamento;

3.8.1.5 - O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do bem ou serviço, (ou) parcialmente de acordo com as medições em conformidade com o cronograma proposto;

3.8.1.6 - Os itens serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados após o

recebimento das publicações, a **CONTRATANTE** realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se o serviço estiver conforme as especificações do presente Termo de Referência;

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 3.8.1.6 "b", não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo do(s) item(s) não exclui a responsabilidade da(s) **CONTRATADA(S)** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do(s) futuro(s) Contrato(s);

e) Se a **CONTRATANTE** constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) serviço(s) prestado(s) não corresponde(m) ao exigido no presente Termo de Referência, ou em quantidade diversa da solicitada, a **CONTRATADA** deverá providenciar no prazo estipulado no subitem 3.6.4, a correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **CONTRATANTE** referente à prestação do serviço, visando ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no contrato, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

3.9 - Critério de medição e pagamento

3.9.1 - O pagamento será realizado após recebimento definitivo e do atendimento das especificações do Termo de Referência;

3.9.2 - Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

3.10 - Formas e critérios de seleção do fornecedor

3.10.1 - Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço unitário, observada as margens de preferências legais, e demais requisitos dispostos no Termo de Referência.

3.10.2 - O proponente deverá apresentar:

a) Capital social ou patrimônio líquido mínimo, no percentual de 10%, conforme a Art. 69, § 4º da Lei 14.133/2021.

Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

3.10.3 - Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

3.10.4 - Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

3.10.5 - Certificado de Regularidade do FGTS;

3.10.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

3.10.7 - Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de menor aprendiz;

3.10.8 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

3.10.9 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.10.10 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

3.10.11 - Atestado de Capacidade Técnica, de prestação de serviço compatível com os item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

3.10.12 - A contratação se dará por meio de Termo de Contrato assinado no Sistema

3.11 - Documentação compulsória para contratação

Não se aplica.

3.12 - Da garantia dos serviços e materiais empregados

3.12.1 - Os serviços deverão ter garantia legal, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor.

3.12.2 - No caso de indisponibilidade do e-mail corporativo informado no subitem 3.4.1, os serviços deverão ser encaminhados para o endereço de e-mail **juridico.hmsj@gmail.com**

3.13 - Visita técnica

Não se aplica.

3.14 - Da subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - A quantidade de recortes decorre do número de publicações realizadas em nome do Hospital e de seus advogados, conforme a demanda dos Tribunais, durante toda a execução do serviço, conforme já realizado nos anos anteriores, de acordo com os processos de 2023 (SEI 23.0.000847-0) e 2022 (SEI 21.0.240566-9). Assim, a execução dos serviços se dará diariamente, pelo período de 1 (um) ano de contrato, prorrogáveis por até 10 (dez) anos

4.2 - De modo geral, o serviço de recorte buscará, diariamente, as publicações em nome do Hospital Municipal São José e dos advogados do Hospital Luciana Altmann Tenório, Rodrigo Prado Fernandes, Anaceli Brancher e Renato Cava Galvão, nos diários oficiais dos seguintes tribunais: Justiça Estadual de SC (1º e 2º graus), a Justiça Federal de Santa Catarina, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (1º e 2º graus), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

Item	Código	Qtd	Unidade	Descritivo
01	17816	01	SERVIÇO	Leitura, recorte e envio de publicações nos diários oficiais da justiça.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

As soluções possíveis para atender a necessidade da Administração são:

a) Leitura Manual: para tanto, a localização das intimações do Hospital seriam realizadas

mediante consulta por um servidor público em cada um dos Diários Eletrônicos. Por esta razão, torna-se inviável em decorrência do volume de intimações e da reduzida equipe desta Área.

b) Contratação de empresa técnica para fazer leitura/recorte das publicações: A contratação de empresa especializada na leitura e envio de intimações publicadas nos diários do Poder Judiciário é a forma utilizada amplamente pelas procuradorias municipais e estaduais, bem como na advocacia privada, por ser a forma mais eficaz.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando que os elementos ponderados, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de empresa(s) especializada(s), devidamente habilitada(s), com capacidade técnica suficiente, para fazer leitura, recorte e envio de publicações constantes nos diários oficiais da justiça, para o Hospital Municipal São José.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores. No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de R\$ 849,90, para o período de doze meses, conforme processo de contratação do ano de 2023 (SEI 23.0.000847-0) e do ano de 2022 (SEI 21.0.240566-9).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para acompanhamento das publicações de todos os diários da justiça, em decorrência do incomensurável volume de movimentações diárias levadas a cabo nos órgãos do Judiciário, é imprescindível a contratação de empresa que realize os recortes das publicações nos diários oficiais de justiça. Assim, após análise do mercado, demonstra-se que a única solução para atendimento ao interesse público envolvido é a contratação de empresa especializada para fazer leitura, recorte e envio de publicações constantes nos diários oficiais da justiça, para o Hospital Municipal São José.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

A presente contratação não é técnica e economicamente passível de ser dividida parcialmente, não sendo possível contratações distintas, havendo a necessidade do mesmo fornecedor atender toda a demanda, visto que o objeto trata-se apenas da execução de um serviço de entrega diária no período de doze meses.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No

caso, busca-se a garantia do atendimento adequado inerente ao acompanhamento das publicações oficiais relacionadas aos processos judiciais de interesse deste nosocômio, garantindo maior agilidade, segurança e eficiência para Administração Pública.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual. A Autarquia dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

Sobre a contratação via consórcio, o CISNORDESTE e o CINCATARINA não realiza a contratação dos serviços em questão.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

13.1 - Identificação de riscos - Considerando que a presente contratação já foi realizada no ano de 2023, que o processo possui as mesmas características para atender a demanda de 2024 e que no processo anterior, a contratação ocorreu de forma a atender a necessidade desta Autarquia, assim, não foram identificados riscos na contratação.

13.2 - Análise de riscos - não se aplica, pois não foram identificados riscos.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2

Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5

13.3 - avaliação de riscos - Não se aplica.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

13.4 - Tratamento de riscos - Não se aplica.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		X	
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?		X	Não se aplica

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a presente contratação *"da prestação de serviço para leitura, recorte e envio das publicações constantes no Diário Eletrônico da Justiça de Santa Catarina (1º e 2º graus), no Diário Eletrônico da Justiça Federal de Santa Catarina e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no Diário Eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (1º e 2º graus), no Diário Eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no Diário Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Diário Eletrônico do Supremo Tribunal Federal (STF), em nome do Hospital Municipal São José e de seus advogados (4 advogados)"*, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

Além disso, conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar, a contratação é indispensável para a consecução das atividades rotineiramente desenvolvidas no âmbito da Área Jurídica do Hospital Municipal São José, uma vez que proporciona o acompanhamento diário e automático de todos os atos processuais publicados nos meios oficiais, tais como despachos, decisões interlocutórias, sentenças, acórdãos, atas de distribuição, entre outras.

Assim, considerando a necessidade da contratação e o objeto em questão, tem-se que a contratação é a mais adequada ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Arnoldo Boege Junior, Diretor (a) Presidente**, em 23/08/2024, às 16:16, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Altmann Tenorio, Coordenador(a)**, em 23/08/2024, às 17:20, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0022552856** e o código CRC **FF172F6B**.

Av. Getúlio Vargas, nº 238, C.P 36 - Bairro Centro - CEP 89202-050 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

23.0.185606-7

0022552856v5